

CIDADANIA, DEMOCRACIA E POLÍTICA: ATITUDES E COMPORTAMENTOS POLÍTICOS DE ADOLESCENTES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE “EDUCAÇÃO POLÍTICA”

CITIZENSHIP, DEMOCRACY AND POLITICS: POLITICAL ATTITUDES AND BEHAVIORS OF ADOLESCENTS INVOLVED IN “POLITICAL EDUCATION” ACTIONS

Humberto Dantas

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG, Goiânia, GO, Brasil.

Gabriel Madeira

Fundação Getulio Vargas (EBAPE-FGV), São Paulo, SP, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 21/07/2022

Aceito em 27/09/2022

 <https://doi.org/10.25247/2764-8907.2022.v1n3.p39-54>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 3.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).

Como ser citado (modelo ABNT)

DANTAS, Humberto; MADEIRA, Gabriel. CIDADANIA, DEMOCRACIA E POLÍTICA: ATITUDES E COMPORTAMENTOS POLÍTICOS DE ADOLESCENTES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE “EDUCAÇÃO POLÍTICA”. *Direito, Processo e Cidadania*. Recife, v. 1, n.3, p. 39-54, sep./dez., 2022.

DOI: <https://doi.org/10.25247/2764-8907.2022.v1n3.p39-54>

Editor responsável

Prof. Dr. José Mário Wanderley Gomes Neto

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, sobretudo no caso brasileiro a partir das manifestações de junho 2013 e do *impeachment* da ex-presidente Dilma Vana Rousseff em 2016, temos buscado compreender em que medida existe afeição, distanciamento, ameaças e aspectos capazes de apontar para uma consolidação de nossa democracia. Não faltam interpretações e

Resumo

Tradicionalmente, por não ter cidadania eleitoral, adolescentes foram geralmente pouco considerados nas pesquisas sobre atitudes e comportamentos políticos. Recentemente, no entanto, as pesquisas nesse campo passaram por uma mudança importante, dando cada vez mais foco no conhecimento político, nas crenças e atitudes dos futuros eleitores. Neste artigo, investigamos atitudes e comportamentos de adolescentes envolvidos em programas de educação política em relação a aspectos da democracia. A análise é baseada em pesquisas realizadas em dois programas distintos, com cerca de 400 adolescentes brasileiros. A análise mostra resultados mistos para o interesse em política, mas um claro desejo de participação eleitoral via registro formal para a obtenção do título e um entendimento bem estabelecido sobre o voto como um direito, mais do que uma obrigação. Na discussão, argumenta-se que a educação política pode ter fortes efeitos nas atitudes de adolescentes, mas sobretudo que esses efeitos merecem uma agenda ampla de pesquisa.

Palavras-Chave: Cidadania; Democracia; Educação Política.

Abstract

Traditionally, because they do not have electoral citizenship, adolescents have received scarce attention in research focusing on political attitudes and behaviors. Recently, however, research in this field has undergone an important shift, focusing political knowledge, beliefs and attitudes of prospective voters. In this article, we investigate democratic political attitudes and behaviors of adolescents who participated in political education programs. The analysis is based on research carried out in two different programs, with about 400 Brazilian adolescents. The analysis shows mixed results for interest in politics, but a clear interest in voter participation via voter registration and a well-established understanding of voting as a right rather than an obligation. In the discussion, it is argued that political education can have strong effects on the attitudes of adolescents, but above all that these effects deserve further studies to better understand their mechanisms.

Keywords: Citizenship; Democracy; Political Education.

teorias que em alguma medida apontam para desafios em ordens e direções diferentes. Há quem afirme que as democracias não correm riscos, pois as instituições estão sólidas e ciclicamente instantes mais críticos como os que vivemos são percebidos, enquanto há quem constitua reflexões sobre a forma de tais regimes ruírem – a despeito da manutenção de algumas características que as fariam percebidas sob pressupostos questionáveis.

Tal debate é amplo, e talvez as reflexões possam ser, sob alguns olhares, complementares. Servem, aqui, apenas para exemplificar a existência de uma atenção da ciência política e de carreiras correlatas para o tema. Não é objetivo deste artigo aprofundar tal discussão, mas apenas indicar a sua existência.

Complementarmente, não são pequenos os esforços na busca pelo que a opinião pública pensa a respeito de questões associadas à democracia em diferentes países do mundo. Aqui não se trata de um conjunto de avaliações conceituais, mas de análises que buscam dimensionar e compreender, com base em *surveys* de diferentes abrangências, o que cidadãos pensam em relação à política. Na América Latina, merecem atenção especial alguns estudos. Testa e Fernandez (2021), por exemplo, observam como diferentes indicadores de percepção da democracia têm funcionado no continente nos últimos tempos. Em especial, destacam a condição do Brasil e lançam luz sobre alguns fenômenos relevantes que nos conduzem a pensar em que medida a democracia, enquanto fenômeno indicado nos parágrafos iniciais deste texto, está consolidada aos olhos dos próprios brasileiros entrevistados. Percebem, com base nos resultados, que existem oscilações temporais nos dados e que parece haver algum tipo de relação entre aspectos de ordem econômica e conjuntural na forma de as pessoas legitimarem questões atreladas à democracia.

Também não é o objetivo deste trabalho tratar de um aprofundamento sobre as questões de apreensão acerca da democracia aos olhos de cidadãos e cidadãs em diferentes países, com ênfase no continente latino-americano. Aqui parece existir um terceiro e último desafio: observar trabalhos, concentrados em *surveys* com jovens, principalmente de Ensino Médio e em diferentes locais do Brasil, que buscam compreender o olhar desse público, em especial, para a temática da política e da democracia, bem como para o interesse por ações de educação política em escolas e, ainda em alguns casos, uma avaliação sobre atividades dessa natureza realizadas por diferentes atores.

Eis aqui a temática central de nosso trabalho: diante de um amplo debate sobre uma possível crise da democracia no mundo atual, e tendo em vista diferentes tentativas de aferição de valores democráticos no continente latino-americano faz algumas décadas em diversos países da região, em que medida podemos compreender algo sobre o que conjuntos de estudantes brasileiros pensam e percebem sobre a política, bem como que tipo de reação existe em relação a tentativas de ações de educação que tratem tais conteúdos nas escolas, sobretudo no ensino médio regular?

Justifica tal esforço um parâmetro basilar de Bobbio (1984) que nos leva à percepção de que a “educação política”, entendida como a disseminação formal de conteúdos que aproximem estudantes de aspectos que caracterizam o Estado, a sociedade, os governos, os sistemas eleitorais etc., seja chamada pelo autor de “uma das promessas não cumpridas da democracia”. Sob tal olhar, os séculos XIX e XX teriam se consolidado como a era de extensão do sufrágio a ponto de universalizar e levar diversos países à compreensão absoluta de quantificação do exercício do voto como algo absolutamente fundamental. Dahl (2001) indica que tal característica – a universalização do voto – é o grande diferencial a consolidar o conceito de “democracia representativa moderna”. Questões como liberdades de imprensa, associação e expressão, bem como parâmetros legais para a realização de eleições, com regras estáveis, datas conhecidas, garantias legais de posse, autoridades jurídicas formais no campo eleitoral e parâmetros minimamente definidos são essenciais, mas nenhum aspecto é mais emblemático que a extensão da possibilidade de escolha de representantes por volumes expressivos de cidadãos que ignorem diferenças de gênero, etnias contidas dentro de um mesmo território que se entenda nacional, condições econômicas, características sociais, graus de educação etc. Nada, ou quase nada, deve servir de barreira para o ingresso de representados no rol de eleitores de uma democracia representativa.

Dahl (2001) entende que tal esforço, que durou cerca de cem anos, entre os séculos XIX e XX, entrou em crise por volta dos anos 80 e 90 e precisa de respostas para contê-la. Isso, para nós, é menos relevante neste trabalho. As possíveis soluções postas pelo autor estão atreladas à criação de canais alternativos de participação que transcendam a ideia de “democracias representativas” e emprestem o sentimento de responsabilidade e pertencimento em perspectiva de ampliação dos espaços de decisão. Surgiria a lógica

participativa, mas existe um desafio anterior a isso, enfatizado por Bobbio (1984). Em que medida a quantificação da democracia, simbolizada pela ampliação expressiva do sufrágio, e a elevação das responsabilidades decisórias, demarcada pelo caráter participativo da democracia, não esbarra, ainda, na tal “promessa não cumprida”, simbolizada pela ausência de um caráter mais qualitativo demarcado por uma educação formal condizente com a disseminação de conteúdos capazes de instruir politicamente e formar para a cidadania os jovens em idade escolar? O debate aqui é longo. Servem de exemplo, para localizar a discussão no campo acadêmico, a posição de Santos (2021) sobre a história da “educação política” no Brasil e a forma como tal conteúdo, para Estramano (2016), poderia ser ministrado nas escolas.

É no bojo dessas discussões que estaria um desafio central para diversas nações democráticas, mas o intuito desse artigo é ainda mais específico: os jovens estão de acordo com esse tipo de conteúdo em suas realidades escolares? Estudantes e jovens de uma maneira geral, com opinião colhida em diferentes surveys, estariam dispostos a compreender melhor a política? Ademais, reconhecem a importância de tais temas para a formação deles enquanto cidadãos? Valorizam instituições como o voto e alguns dos princípios atrelados ao universo democrático? A partir de tais perguntas chegamos ao que propomos aqui. Assim, para além desta Introdução, teremos outras três partes, sendo duas delas associadas à ideia de desenvolvimento de nossos argumentos. Na seguinte, uma breve revisão de literatura em que faremos um recorte com o intuito de localizar os autores que buscaram conhecer, exclusivamente a partir da análise de surveys, a percepção específica de jovens sobre a política nos últimos anos à luz da realidade brasileira com ênfase no ensino médio. Não se trata de esgotar a análise de tais estudos, mas de trazer algumas contribuições ao debate. O que será possível notar aqui é a existência, ao contrário do que prega o senso comum, de certo apego desse público por temas atrelados à política, por mais que interpretações dos dados aferidos mesclam visões mais ou menos positivas.

A partir de tal revisão, ainda com o objetivo de pensarmos no desenvolvimento desse trabalho, traremos aqui o caráter mais inédito de nossa pesquisa. Na terceira parte deste artigo, partiremos de dois conjuntos de dados gerados em surveys com jovens dos Ensinos Fundamental II e Médio que responderam em tempos recentes e por razões distintas, duas pesquisas diferentes que buscavam compreender a visão desse público sobre

política e democracia em realidade nacional. As análises descritivas desses dois conjuntos de informações, que serão caracterizados adiante, nos fazem partir de duas hipóteses correntes em estudos desse tipo nos últimos tempos em realidade nacional: 1) não há grandes diferenças na percepção de jovens quando o que os diferencia são os respectivos envolvimentos em diferentes ações de educação política, a saber, aqui, o projeto Estudantes de Atitude em Goiás, e cursos livres de Educação Política realizados pela Fundação Konrad Adenauer do Brasil em ambiente virtual e; 2) existe um interesse e um reconhecimento sobre a importância de questões políticas, ao menos quando os estudantes se deparam com questionários estruturados que buscam capturar percepções sobre o assunto. É importante enfatizar aqui que, em especial, compararemos dois públicos que, em comum, têm a adesão a ações de educação política em suas respectivas realidades. Compararemos jovens de todo o Brasil, com ênfase em São Paulo e Santa Catarina, que se matricularam voluntariamente em um conjunto de cursos gratuitos de Iniciação Política realizado virtualmente com o apoio do Fundação Konrad Adenauer em 2020 em parceria com escolas do parlamento de diferentes localidades, e estudantes de Goiás envolvidos diretamente em escolas públicas que participaram de duas edições do projeto Estudantes de Atitude, ação coordenada pela Controladoria Geral do Estado de Goiás em parceria com a Secretaria de Educação daquele mesmo estado que tem como objetivo promover, dentre outras ações, uma auditoria cívica em ambiente escolar .

2 ACHADOS A PARTIR DE REVISÃO DA LITERATURA – O INTERESSE DOS JOVENS PELA POLÍTICA

Inicialmente, é importante destacar a existência de três grandes blocos de estudos que buscam compreender a relação do jovem brasileiro com a política, com ênfase no ensino médio. Primeiramente os achados vindos da Universidade Federal de Minas Gerais sob a coordenação de Mário Fuks e pesquisadores próximos que olham, principalmente, para estudantes de Belo Horizonte . Em segundo, as pesquisas da Universidade do Rio Grande do Sul sob a responsabilidade de Marcelo Baquero e equipe que analisam a realidade das três capitais do Sul do país, com ênfase ao caso de Porto Alegre. Em terceiro, os estudos de Humberto Dantas com base na percepção de jovens da Região Metropolitana

de São Paulo que participaram, entre 2009 e 2020, de ações de educação política em escolas públicas e projetos sociais.

Sem o objetivo de esgotar o olhar sobre todas essas frentes, que em comum buscam perceber em diferentes dimensões a relação dos estudantes com a política, no caso dos estudos de Fuks, o artigo de 2012 procura apreender o “perfil político do jovem” de escolas de Ensino Médio de Belo Horizonte-MG em 2008. O autor observou três padrões que caracterizariam estudantes com base em “conhecimento político”, “participação política” e “atitudes políticas”. O que concluiu foi que o “tipo de escola” - pública ou privada, por exemplo - bem como a classe social e a escolaridade dos pais guardam relação com questões relacionadas à relação desses estudantes com a política. Ademais, foi possível verificar que escola e família são elementos definidores da relação desse público com a temática da política e afetam cada uma das dimensões associadas aos padrões definidos pelo autor, mediante mecanismos distintos.

No que diz respeito aos achados e objetivos das pesquisas conduzidas pelo grupo liderado por Baquero, na percepção sobre a democracia, de acordo com González, Morais e Bernardi (2020) vigoraria uma perigosa degradação da visão de estudantes do ensino médio sobre o tema entre 2015 e 2019 com base em um conjunto de jovens de Porto Alegre. O que existia eram fortes níveis de apatia associados à intolerância, bem como um predomínio do uso das redes sociais para a obtenção de informações políticas sem checagem da veracidade dos conteúdos. Apesar de tal cenário, o estudo indica que a internet tem peso ascendente na formação da cultura política, e isso aponta para um padrão importante a ser apreendido. Já Baquero e Morais (2018) percebem com base em pesquisa de 2015 que o engajamento político dos jovens estudantes de ensino médio é reduzido e o apoio a princípios democráticos está atrelado à retórica, distante da prática. Isso reproduziria lógicas de frustração e afastamento, e tais sensações pioraram entre os anos de 2012 e 2015. Por fim, na realidade de Porto Alegre, Zorzi (2018) nota diferenças entre estudantes de escolas públicas e privadas com base em aspectos afetivos e cognitivos de política, concluindo que os modelos de escola potencializam os jovens de maneiras diferentes, trazendo aos estudantes de escolas privadas de ensino médio uma atitude mais capaz de lhes potencializarem como atores de “influência mais positiva da democracia”.

O terceiro bloco se baseia em estudos conduzidos por Dantas, muitos em parceria com outros autores. Em diferentes artigos, o autor compara percepções de jovens das redes estadual e municipal de ensino médio em São Paulo, bem como busca realizar exercícios buscando padrões em diferentes realidades municipais. Mas o que parece mais relevante aqui é o baixo impacto imediato que ações de educação política têm sobre os estudantes de ensino médio da Grande São Paulo (Dantas et.al., 2010), bem como a dimensão positiva de apego a parâmetros basilares da democracia (idem, 2016). Os jovens concordam, em geral e a despeito do estágio de formação - se antes ou depois de 12 horas dos cursos da Fundação Konrad Adenauer - que a educação política é importante de ser disseminada nas escolas, que o voto é um direito de expressiva relevância com capacidade de transformar a realidade etc. A questão central aqui é compreender se tais resultados mostram um efetivo apego a valores fundamentais da democracia ou se estão alocados no que as pesquisas conduzidas por Baquero chamam de retórica. Nesse caso em especial, diante de um questionário de opinião, os jovens respondentes estariam mais preocupados em “encontrar a resposta certa” do que efetivamente ofertar uma opinião mais condizente com o que sentem e conhecem sobre a política e os parâmetros essenciais da democracia.

Com base em tal cenário sabemos que existem estudos na ciência política que se preocupam com a percepção de estudantes de ensino médio sobre política e democracia, assim como há um debate em curso sobre o caráter dos achados de tais pesquisas. De um lado uma visão mais otimista sobre a valorização dos pontos explorados, por outro uma percepção de que tais posições podem ser retóricas, e que atitudes no campo político faltam ao público observado. Em meio a tais leituras, há um conjunto de esforços que busca compreender padrões de comportamento em relação ao assunto, assim como visa ao dimensionamento do papel de diferentes escolas - públicas ou privadas, por exemplo - em relação à formação de valores e comportamentos. O objetivo deste artigo, feita esta breve revisão, concentra-se justamente em compreender como estudantes de ensino Fundamental II e Médio envolvidos em duas diferentes ações que encampam públicos, predominantemente, em São Paulo, Santa Catarina e Goiás, reagem aos surveys. Trata-se de mais uma tentativa de medir a percepção desse público, comparando diferentes origens geográficas, além de tentar perceber o padrão apreendido em relação à política, tendo em

vista que todos os respondentes passaram por ações atreladas ao que se chama aqui de “educação política”.

3 DESENHO DE PESQUISA E DADOS

Nosso principal objetivo neste artigo é compreender algumas atitudes e comportamentos políticos de adolescentes no Brasil. Para isso, nos baseamos em duas pesquisas recentes realizadas com adolescentes envolvidos em projetos de educação política. A primeira pesquisa foi aplicada com adolescentes participantes de cursos de Iniciação Política (N = 185) e a segunda com estudantes de escolas estaduais participantes de um projeto de auditoria cívica (N = 194). Ao concluírem os respectivos projetos os estudantes foram convidados a responderem a uma bateria de perguntas sobre crenças, atitudes e comportamentos no campo da política. Embora sejam projetos e pesquisas diferentes, algumas perguntas são comparáveis e nos permitem uma análise abrangente sobre o interesse em política dos adolescentes.

Para os fins deste artigo, nos concentramos em três perguntas essenciais: interesse por política, intenção de se tornar uma eleitora ou eleitor via registro eleitoral, e atitudes em relação a obrigação do voto.

Interesse por política: O interesse por política é um dos melhores preditores de todas as formas de engajamento político, se não o melhor (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). É um componente-chave da motivação de um indivíduo, que é em si uma pré-condição necessária para a participação (NICOLAU, 2022). Além disso, é uma característica essencial da cidadania democrática.

Registro eleitoral: a intenção de se tornar uma eleitora ou eleitor com o registro eleitoral é parte essencial da cidadania política. Por mais que o voto no Brasil seja obrigatório, os participantes das pesquisas aqui analisadas são em geral menores de 18 anos e estão, portanto, em uma idade que o voto é voluntário. Importante para nossos objetivos, identificar o interesse no registro eleitoral antes da idade obrigatória é relevante para compreender o interesse político de adolescentes em arcar com os custos envolvidos com o alistamento eleitoral e conseqüente, ou ao menos esperada, participação nas eleições.

Voto obrigatório: a compulsoriedade do voto implica em uma normatividade que assume que a participação eleitoral seria mais equânime entre setores da sociedade. Vale dizer, uma vez que obrigatório, o comparecimento eleitoral mandatório evitaria a participação desigual. As evidências para o caso brasileiro indicam em particular que, caso fosse obrigatório, pessoas mais interessadas por política participariam mais das eleições do que as menos ou nada interessadas (NICOLAU, 2022). Neste sentido, analisar aqui as atitudes de adolescentes em relação à obrigatoriedade do voto é essencial, uma vez que comumente se assume o direito ao sufrágio como condição necessária para a democracia (DAHL, 2021).

4 RESULTADOS

Os resultados das pesquisas são apresentados nas figuras 1, 2, e 3. A Figura 1-a apresenta os resultados para o interesse por política para adolescentes nos cursos de iniciação política no painel e a figura 1-b indica os resultados para a mesma pergunta para adolescentes do projeto Estudantes de Atitude. Salienta-se que o curso de política da Fundação Konrad Adenauer de 2020 é a sequência de um projeto de mais de dez anos realizado em escolas públicas da Grande São Paulo que, diante da pandemia, foi levado como “curso livre” para realidade virtual - plataforma Zoom - e atendeu, com nove horas de aulas, em três encontros, cerca de 15 turmas, a pessoas interessadas e estimuladas a partir de divulgação nas redes sociais de escolas do parlamento, dentre elas jovens de ensino médio e Fundamental II de diferentes cidades de São Paulo e Santa Catarina.

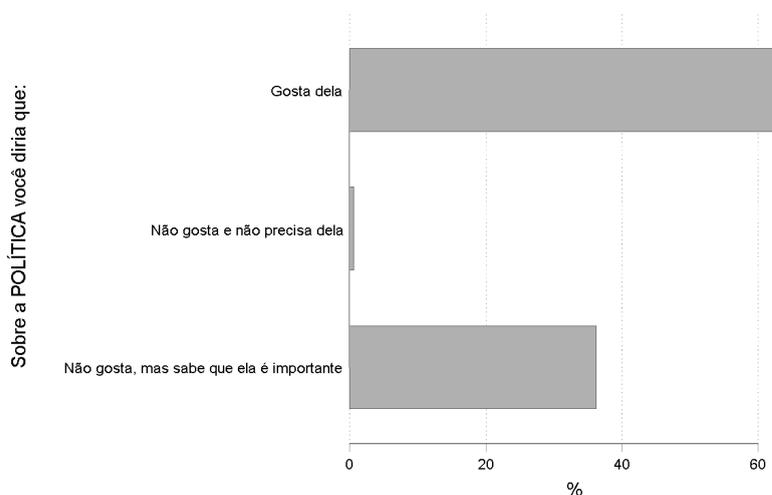
Nesse caso, em relação ao universo que utilizamos aqui, 48% dos estudantes são catarinenses e 40% paulistas. Já o Estudantes de Atitude, da Controladoria-Geral do Estado de Goiás em parceria com a Secretaria de Educação, é um projeto que estimula a realização de auditorias cívicas em escolas públicas goianas, bem como a construção e a execução de um plano de intervenção que conta com a participação direta de estudantes de ensino médio e Fundamental II, assim como envolve diretores, professores, funcionários em geral e partes da comunidade no entorno da escola. É com os formados nos cursos ou com os estudantes envolvidos na transformação da escola que estamos dialogando aqui.

Assim, pela própria natureza dos projetos, podemos observar uma diferença importante no interesse por política. Enquanto os cursos de iniciação são ofertados para pessoas auto interessadas em política, para o projeto Estudantes de Atitude os alunos executam uma série de atividades de educação para a cidadania, mas a eles não são apresentados diretamente conteúdos relacionados às instituições políticas.

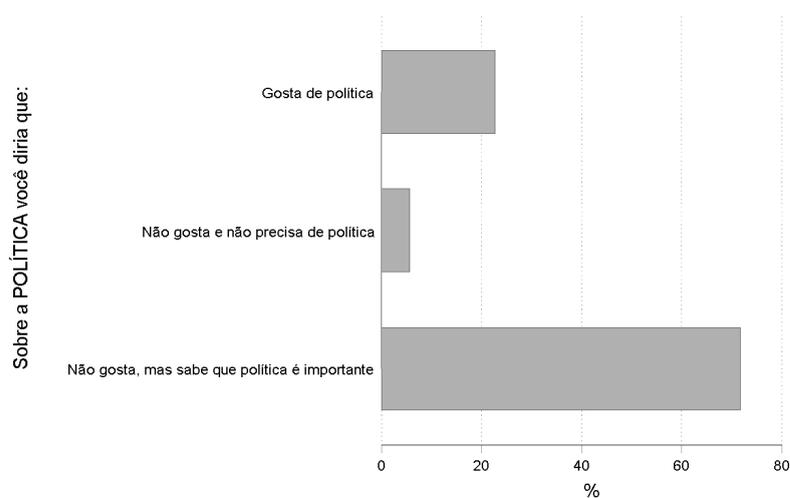
Como resultados principais, então, conforme a Figura 1, quando perguntados se gostam de política, os adolescentes dos cursos indicam que 63.2% (n=117) gostam do tema, enquanto para o projeto Estudantes de Atitude apenas 22.6% (n=44) dos jovens indicaram gostar de política. Apesar da afeição ao tema, é importante salientar que em ambos os casos a resposta “não gosta e não precisa dela” atinge percentuais consideravelmente baixos, aquém dos 10% e talvez distante do que o senso comum imaginaria para esse tipo de questão.

Figura 1 – Interesse por Política

a- Cursos de Iniciação Política



Fonte: elaboração dos autores

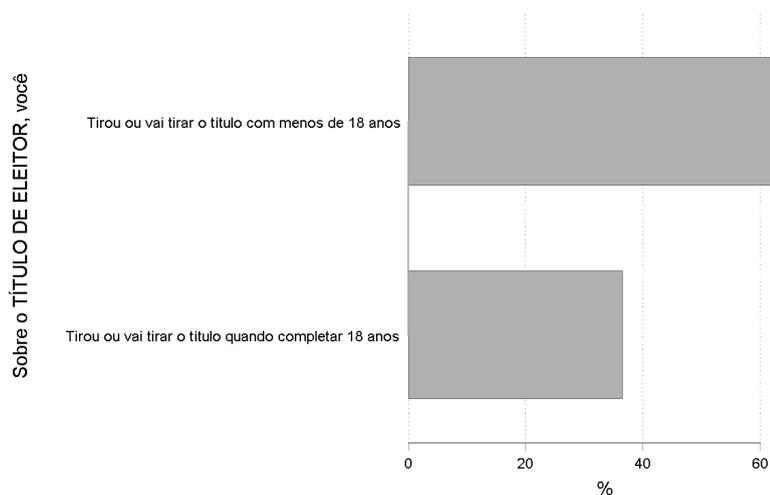
b- Estudantes de Atitude

Fonte: elaboração dos autores

Na Figura 2 apresentamos os resultados para a intenção de tirar o título antes da idade obrigatória. Diferentemente dos resultados para interesse geral em política, para a intenção de registro eleitoral os dois grupos de participantes das pesquisas indicaram valores parecidos 63.5% (n=118) nos cursos de política e 72.6% (n=141) para o Estudantes de Atitude, respectivamente. Mesmo que estes resultados possam refletir um viés de interesse social, em que estudantes tendem a compreender como desejável responder que pretendem tirar o título antes da idade obrigatória, os resultados carregam indícios fortes de uma intenção generalizada de participarem das eleições.

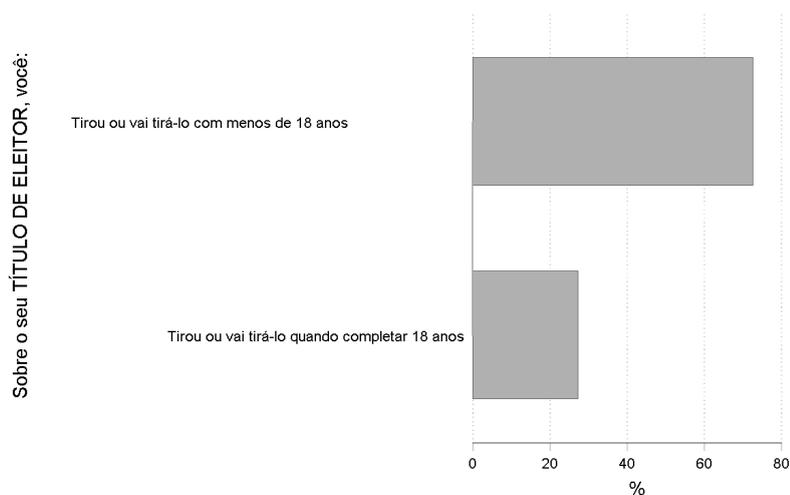
Figura 2. Cidadania Eleitoral

a- Cursos de Iniciação Política



Fonte: elaboração dos autores

b- Estudantes de Atitude

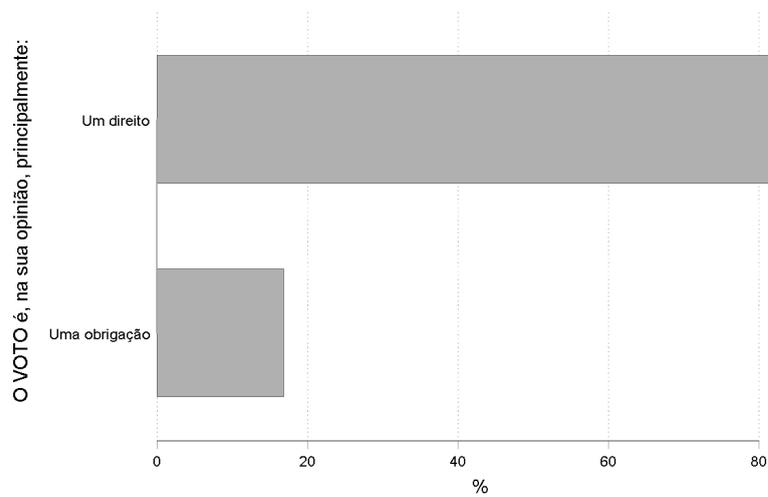


Fonte: elaboração dos autores

Por fim, a Figura 3 apresenta os resultados sobre as atitudes dos adolescentes em relação à obrigação do voto. Claramente os dois grupos têm entendimentos comuns de que o voto é mais um direito do que uma obrigação. Para o primeiro grupo 83.1% (n = 153) indicam que o voto é um direito, já para o segundo grupo 82.4% (n=160) opinaram no mesmo sentido. É, assim, inferior a 20% o índice daqueles que entendem a participação eleitoral formal sob um viés de obrigatoriedade.

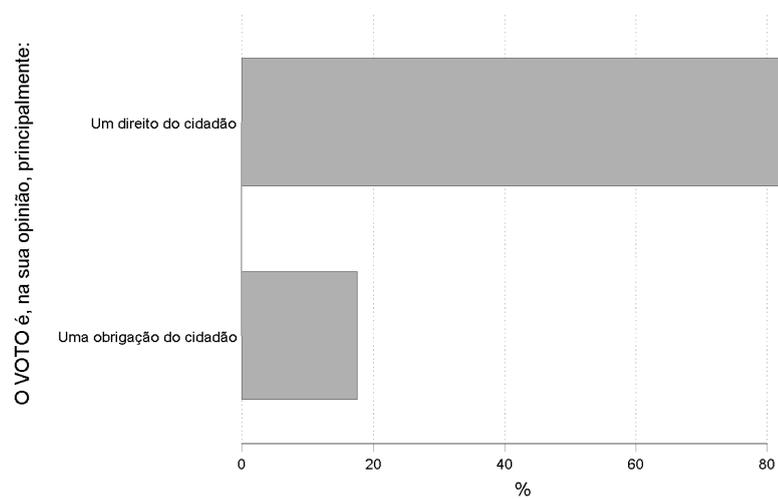
Figura 3. Papel do Voto

a- Cursos de Iniciação Política



Fonte: elaboração dos autores

b- Estudantes de Atitude



Fonte: elaboração dos autores

CONCLUSÃO

O objetivo do presente estudo foi chegar a uma melhor compreensão das atitudes e comportamentos dos adolescentes em relação à política. À primeira vista, nossas descobertas parecem aumentar o conhecimento sobre a relação dos jovens com a democracia. A análise mostra que adolescentes, a despeito de projetos com os quais estiveram envolvidos e estados onde moram, já podem ser distinguidos claramente, e essas diferenças permanecem semelhantes entre as duas pesquisas. Ainda que distingamos entre os que ingressam em cursos de educação política e os que participam de outro tipo de ação de educação política em seus interesses por política, esses grupos têm padrões de atitudes similares em relação ao registro eleitoral e à sensação em torno do voto.

A análise deixa claro que os adolescentes têm interesse na participação eleitoral e claramente entendem o voto como um direito. O que não se encontra, no entanto, é uma clara aproximação com a política, em geral. Isso significa que nosso problema é o mesmo de pesquisas anteriores: será que programas como os apresentados resultam em maior interesse por política? Há, inevitavelmente, um grau muito elevado de auto-seleção presente nas nossas pesquisas e com base nestes mecanismos de seleção, pode-se demonstrar que os alunos do ensino fundamental II e médio já possuem os padrões de valores congruentes com o seu papel futuro.

Referências

BAQUERO, R; BAQUERO, M. Formação cidadã de jovens no contexto de um regime democrático híbrido. **Revista Debates**, v. 8, n. 2, p. 59-82, 2014.

BAQUERO, M; BAQUERO, R; MORAIS, J. Os jovens estão mais assertivos politicamente no Brasil? Uma análise da cultura política. **Revista Debates**, v. 10, n. 2, p. 71-94, 2016.

BAQUERO, M.; MORAIS, J. Está em andamento a construção de uma nova cultura política juvenil? In. Baquero, M. (org.) **A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil**. Porto Alegre: Escritos.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

DAHL, R. A. **Sobre a Democracia**. Brasília: UNB, 2001.

DANTAS, H. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 1, 2016.

DANTAS, H.; MELO, T. Apego a valores democráticos - qual a distância entre os jovens que procuram ações de educação política e aqueles que são encontrados por algo desse tipo? **Juventude.br**, São Paulo, volume 19, número 1, p. 25-30, 2021.

DANTAS, H.; SOARES, A.; SOARES, M. I.; LAMARI, R. Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XI, v. 3, 2010.

ESTRAMANHO, R. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, v. 1, p. 15-30, 2016.

FERNANDEZ, M.; TESTA, G. G. . *O IDL em perspectiva comparada. Possibilidades e limites da medição da democracia a nível local e nacional*. In: Diego Moraes; Humberto Dantas. (Org.). **Índice de Democracia Local: estudos a partir da experiência de São Paulo**. 1ed. Curitiba: Instituto Sivis, 2020, v. 1, p. 203-2017.

FUKS, M. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, v. 18, p. 88-108, 2012.

FUKS, M. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. **Opinião Pública**, v. 20, p. 425-449, 2014.

FUKS, M; PEREIRA, F. Informação e conceituação: a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, p. 123-143, 2011.

GONZÁLEZ, R. S.; MORAIS, J. A.; BERNARDI, A. J. B.. O novo ovo da serpente: emergência de valores antidemocráticos na juventude do sul do Brasil. **ENCONTRO DA ABCP**, v. 12, 2020.

NICOLAU, J. Quem iria votar se não fosse obrigado? O papel do interesse pela política no comparecimento eleitoral no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 30, 22 jun. 2022.

SANTOS, A. Uma promessa não cumprida da Democracia: Fragmentos para uma história da educação política na escola básica brasileira. In: Humberto Dantas; Joyce Luz. (Org.). **Ciência Política e Políticas de Educação: Conceitos e Referências**. 1ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021, v. , p. 169-184

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and equality: Civic voluntarism in American politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

ZILLER, H.; RAMALHO, D.; ALMEIDA, I.; DANTAS, H (orgs.) **Transparência, responsabilidade e participação democrática**. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2022.

ZORZI, F. Educação e Desigualdade: Socialização política comparada em escolas públicas e privadas. In: BAQUERO, M. (Org). **A Juventude E Os Desafios Da Construção Da Democracia No Brasil**. Porto Alegre: Ed. Escritos, 2018.

Detalhes do(s) autor(a/es)

Humberto Dantas

Doutor em Ciência Política pela USP. Pós-doutorado em administração pública pela FGV-SP. Pesquisador da FAPEG, com temática atrelada à educação cívica para a democracia. Professor da Fipe-EES, coordenador da graduação em Gestão Pública. Coordenador da pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP. Diretor Presidente do Movimento Voto Consciente.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8140882954837573>

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6169-470X>

E-mail: humbertodantasneto@gmail.com

Gabriel Madeira

Doutorando na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE-FGV) e pesquisador no Projeto "Estudantes de Atitude" (Fapeg/CGE-GO).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0447368519230026>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5990-2306>.

E-mail: gmadeira@ufg.br